

*Coimbra tem todas as condições
para ser, como quer ser, a melhor
Universidade portuguesa*

52

RL #38 | AO LARGO
ENTREVISTA

Emílio Rui Vilar

MARTA POIARES

Emílio Rui Vilar nasceu no Porto, em 1939, mas licenciou-se em Coimbra, em 1961, na Faculdade de Direito. Por linhas direitas, escreveu um percurso rico em folhas distintas, tanto no tema como no modo: política, gestão, banca, energia, cultura foram alguns pontos de partida de um enorme percurso. Afastou do caminho a prudência e conquistou, discretamente, inúmeros *reinos*. Foi quadro diretivo das mais relevantes instituições públicas e privadas e o seu currículo é infindável. Deu, inclusivamente, passos na política, como Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo do I Governo Provisório e, no mesmo ano, como Ministro da Economia dos II e III Governos Provisórios (1974/75). Eleito deputado em 1976, foi ainda Ministro dos Transportes e Comunicações do I Governo Constitucional, até 1978. No setor da cultura, sempre na proa da sua vida, presidiu à comissão de fiscalização do Teatro Nacional de São Carlos, foi comissário-geral de Portugal na Europália '91, na Bélgica, vice-presidente do conselho de administração da Fundação de Serralves e administrador da sociedade Porto 2001. Foi, ainda, durante dez anos, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian. Regressou agora, aos 73 anos, à advocacia, como advogado consultor da PLMJ, um dos maiores escritórios portugueses; e a Coimbra, tornando-se presidente do Conselho Geral da Universidade.

Nasceu no Porto, mas estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (UC). Porquê Coimbra?

Na altura, só havia Direito em Coimbra e Lisboa, e Coimbra foi a opção óbvia, porque era mais perto do Porto.

Como foram os tempos de estudante, em tempo de luta(s)?

Era um tempo totalmente diferente dos tempos atuais. Estávamos no antigo regime. A Universidade era uma instituição pesada, solene, distante. Mas a vida académica era bastante rica para quem tivesse preocupações e quisesse participar nela. O meu tempo de Coimbra começou, precisamente, com a contestação ao célebre decreto-lei 40900*, que o Governo da altura tinha feito publicar sobre as associações de estudantes. Este conseguiu que a Academia, independentemente, até, de posições políticas, tenha reagido de forma quase unânime contra a forte limitação da vida associativa que esse diploma significava. Licenciiei-me em 1961, *annus horribilis* para Salazar, e, portanto, saí de Coimbra antes da crise académica de 1962. No entanto, participei nas eleições da primeira direção de esquerda da Associação Académica, que foi a direção presidida pelo Carlos Candal, no mesmo ano em que fui presidente do Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC).

Por falar em CITAC, sei que a cultura era, já, uma parte importante da sua vida.

Sim, para além de ter sido um aluno razoável na Faculdade de Direito, graças em boa parte a, no primeiro ano, ter tido 14, fui presidente do Conselho Cultural da Associação Académica, fundador do Círculo de Artes Plásticas (CAP, atual CAPC), e fui o quinto presidente do CITAC.

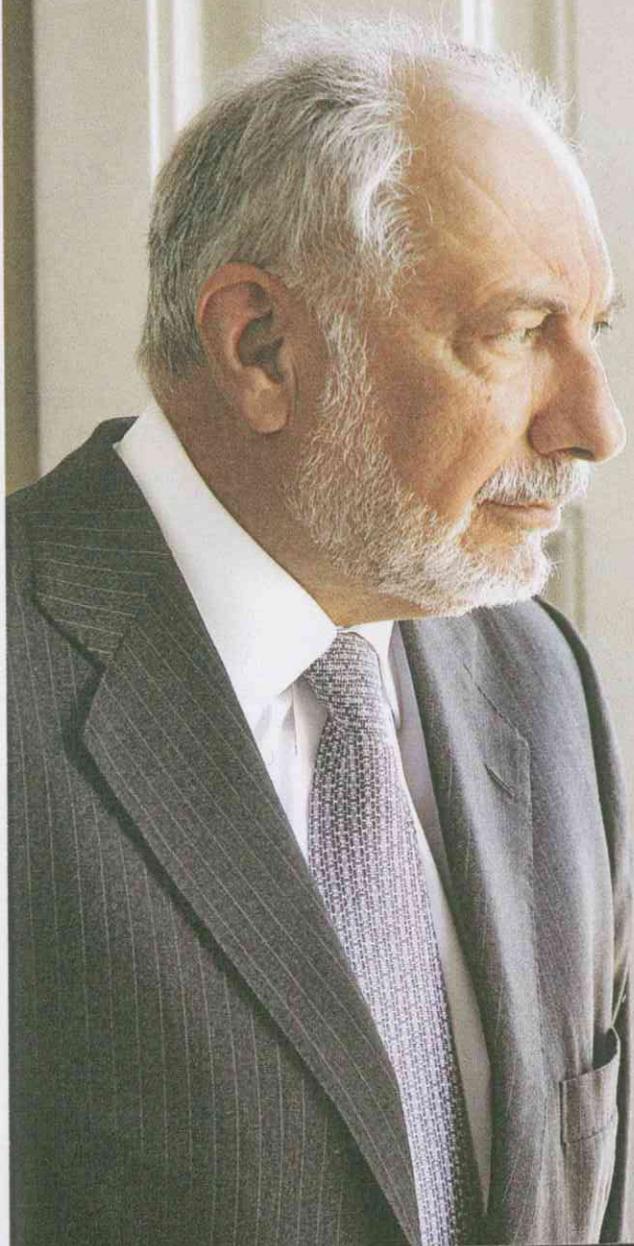
Como se aprofundou tamanha ligação à cultura?

Eu já trazia do liceu uma certa vivência e uma certa experiência de atividades culturais. E, realmente, em Coimbra, naquela altura, a Academia oferecia essa possibilidade a quem quisesse fazer teatro, por exemplo. Como não havia artes plásticas, nós criámos o CAP. Acima de tudo, eram espaços onde, além de se reforçarem os laços de convivalidade, se dava alguma expressão a uma rebeldia de natureza política, visto que havia a possibilidade, pelo menos subliminarmente, de se passarem algumas mensagens.

Era, também, uma espécie de prenúncio do posterior percurso profissional?

Penso que sempre fez parte de mim próprio, esse interesse por muitos temas e uma certa curiosidade que me leva a procurar aprender outras coisas e a vivê-las de uma maneira não passiva.

A primeira vez que visitou a Fundação Calouste Gulbenkian, de cujo Conselho de Administração foi presidente durante 10 anos, foi algo curiosa...



Foi. A primeira vez que entrei na Fundação, então estavam os edifícios atuais em construção e a Fundação funcionava nuns edifícios pré-fabricados ao longo da Avenida de Berna, foi em outubro de 1960. Fui falar com o Professor Ferrer Correia, que era meu professor, para lhe pedir um apoio que nos permitisse contratar Luís de Lima como encenador do CITAC. E recebemos esse apoio.

Imaginava, no futuro, que iria estar lá noutra papel?

Estava totalmente fora do meu horizonte, até porque, naquela altura, sabia que o meu horizonte imediato, a seguir à licenciatura, era o serviço militar. Em 1960, ainda não havia a guerra em África, mas aconteceu alguns meses depois, em março de 1961.

Como foi encarar o serviço militar, depois de um momento tão culturalmente efervescente como aquele que viveu?

Dadas as minhas convicções – eu não era favorável à Guerra Colonial – quando soube que ia ser mobilizado, passei algumas noites e alguns dias de grande reflexão interior sobre se devia ir ou se devia desertar. Mas depois decidi ir, porque foi claro para mim, naquela altura, que não queria carregar a dúvida de ter desertado por ter medo da guerra.

Dívida que o iria acompanhar o resto da vida.

Sim. Fui e passei 15 meses na zona de intervenção Norte... Portanto, tive uma experiência que também do ponto de vista humano, considero enriquecedora. Afinal, só nos conhecemos bem a nós próprios em determinadas situações, e nem sempre essas situações ocorrem numa vida tranquila e urbana.

Por norma, é nos extremos que nós nos conhecemos melhor. 55 anos depois, um outro “extremo”: regressa a Coimbra, noutra papel, completamente diferente. Como é que encarou esta eleição para presidente do Conselho Geral da UC, tendo sido, nas palavras de quase toda a gente, “uma escolha fácil e óbvia”?

Quando fui desafiado para ser um dos dez membros cooptados do Conselho Geral, entendi que seria uma maneira de retribuir à Universidade aquilo que da Universidade, da Academia, tinha recebido enquanto estudante, enquanto dirigente estudantil. Também me pareceu que podia, com a experiência que fui adquirindo ao longo da vida, dar algum contributo numa perspetiva de alguém que era exterior e distante da Universidade, visto que não tive um percurso académico. Dei meia dúzia de aulas no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em 1972, mas achei que não havia condições, e depois, em 1998, fui convidado pela Universidade

Católica do Porto para reger uma cadeira de opção, o que fiz até ser eleito presidente da Gulbenkian. Portanto, não tinha uma carreira académica, mas pensei que poderia dar à Universidade o contributo de alguém com essa experiência do exterior.

Nélson Coelho, representante dos estudantes do 3.º ciclo, referiu, na altura da sua eleição, que a discussão acerca do Conselho Geral não foi propriamente conclusiva em relação às comissões a formar.

Foi. Estão constituídas as novas comissões permanentes.

Considera que foi conclusiva?

Fiz uma proposta de alteração do regimento do Conselho, foram criadas cinco comissões permanentes e poderão ser criadas comissões *ad hoc*. As permanentes criadas estão constituídas e estão definidos os seus membros. Houve uma que já reuniu duas vezes, que é a Comissão de Gestão, Recursos e Sustentabilidade. E as outras comissões estão todas formadas: Comissão de Investigação e Ensino, Comissão de Inovação e Transferência de Conhecimento, Comissão de Cultura, Cidadania e Comunicação, e Comissão de Estratégia Global. Algumas já têm a primeira reunião marcada.

Por outro lado, Luís Rodrigues, representante do primeiro e do segundo ciclos, afirmou que havia um desejo de que o Conselho Geral fosse “mais transparente”. Acha que o Conselho Geral é um órgão suficientemente aberto à comunidade?

Tenho a preocupação que o Conselho Geral seja um órgão transparente e *accountable*, para usar uma expressão que anda muitas vezes ligada a transparência. Transparência e *accountability*. E tudo farei para que assim seja. Neste momento, ainda não tenho a experiência e o recuo suficiente, visto que estou no Conselho Geral há menos de um ano e houve agendas muito carregadas. Houve muitas questões que foi necessário resolver, e o Conselho tem tido reuniões extremamente longas, mas espero que quando entrarmos em velocidade cruzeiro seja possível organizar os procedimentos de comunicação que tornem a nossa atuação absolutamente transparente. Atualmente, as atas do Conselho Geral refletem na íntegra todos os debates. Ora, esses debates, para serem inteiramente livres, têm que ser reservados, e portanto, para além de ter esse registo completo com todas as intervenções e todas as nuances daquilo que se passa nas reuniões, teremos que ter instrumentos para comunicar as deliberações. E nós temos muito poucos meios. Espero poder encontrar os mecanismos para tornar a atividade do Conselho absolutamente transparente. Isso é, certamente, uma das minhas preocupações.

Havia algumas vozes que se levantaram em relação ao facto de o Conselho Geral apenas reunir quatro vezes por ano, mas...

Sei que no passado reuniu mais.

...que pode reunir sempre que assim for necessário.

...É certamente, este ano, vai reunir mais de quatro vezes. Já reuniu três, vai reunir em breve e está, pelo menos, marcada uma outra reunião em novembro.

Acha que quatro vezes eram insuficientes para aquela que se quer como uma sede de supervisão e estratégia da UC?

Não quero emitir juízos sem ter a experiência necessária para os poder emitir. Penso que, quando cheguei, talvez por ter havido um hiato entre as eleições e a tomada de posse, se tinham acumulado bastantes questões que obrigavam à intervenção do Conselho Geral. Tudo vai depender, também, do resultado do trabalho das comissões, que só agora é que vão começar a atuar. Mas quatro reuniões é o mínimo estatutário. Farei as reuniões que forem necessárias, não só para as deliberações serem tomadas em tempo útil, como para o Conselho Geral poder funcionar como o órgão de reflexão estratégica, que é essa uma das suas razões de ser em termos do governo da Universidade. Considero que ainda estou na fase ascendente da minha curva de aprendizagem de uma realidade muito vasta e muito complexa que é a Universidade e do próprio funcionamento de um órgão tão extenso. São 35 membros, e portanto, temos de encontrar os métodos de funcionamento que o tornem eficaz, sem haver nenhum prejuízo para a emissão livre e completa de todas as opiniões.

Considera que este tempo de profundas mudanças, que, como disse, “nos obrigam a ser ágeis e perspicazes”, tem vindo a descredibilizar a Universidade enquanto instituição?

A sociedade portuguesa está a atravessar uma fase de transformações muito profundas. Desde logo, não podemos ignorar os dados da demografia, que se refletem, inevitavelmente, no número de pessoas que acedem à idade de entrar no Ensino Superior. Por outro lado, estamos a experimentar uma crise económica, financeira e social muito profunda, e que já leva vários anos. A crise desencadeou-se internacionalmente em 2007, atingiu particularmente a Europa a partir de 2008, e, portanto, já lá vão cinco anos de crise. Isso tem, naturalmente, reflexos nas famílias e nas perspetivas dos jovens. Não podemos ignorar esse fator. Tal como também não podemos ignorar tudo o que está a acontecer na transmissão do conhecimento, em que as novas tecnologias trouxeram oportunidades concorrenciais ao tradicional ensino

presencial. Os MOOC (*Massive Online Open Courses*) são uma realidade e, com os constrangimentos económicos que existem, com a preocupação, muito presente, hoje, nos jovens, da empregabilidade, é natural que ao lado da opção universidade se coloquem outras opções.

Acha que a Universidade terá de se tornar, naturalmente, mais competitiva?

Penso é que é altura - talvez no próximo ano, visto que a Universidade está a percorrer um plano estratégico que termina em 2015 - de se delinear um novo plano estratégico, correspondendo ao ciclo da responsabilidade reitoral, e de a Universidade fazer também um estudo de natureza prospetiva, com uma definição de cenários de prazo mais dilatado. Não só o correspondente ao novo quadro de financiamento comunitário, como mais além. É muito importante pensarmos a Universidade no horizonte de 20 anos. É evidente que os cenários que nós agora desenharmos não se vão reproduzir, mas o estudo, reflexão, a elaboração desses cenários ajudar-nos-á, sem dúvida, a compreender melhor todo este enorme processo de mudança que está a ocorrer na sociedade portuguesa, na sociedade europeia, e num âmbito mais global. A Universidade não pode deixar de, ela própria, fazer essa reflexão.

Coimbra é um caso particular?

Certamente que esta minha análise é uma análise superficial, mas penso que a UC, a seguir ao 25 de Abril, teve - como todas as universidades, mas Coimbra teve-o de uma maneira tumultuosa - um período de crise, de instabilidade, a que se seguiu um período em que se terá valorizado mais a sua pacificação interna e os ganhos de estabilidade, do que uma preocupação de ganhar competitividade. E foi um período em que outras universidades, designadamente, algumas universidades criadas em 1973 (estou, sobretudo, a pensar nas do Litoral - Minho, Aveiro e Nova de Lisboa) se lançaram de uma maneira muito competitiva. Nos últimos anos, acho que a UC tomou consciência disso, e que, na última década, teve uma preocupação muito acentuada de reocupar o lugar que é seu, de liderança. Não só como a universidade mais antiga, mas como a universidade icónica dentro da universidade portuguesa. É evidente que a UC está em patamares de excelência e com uma capacidade de captação de alunos e de internacionalização, mas é algo que importa muito reforçar.

Pensa que o Ensino Superior não é, de todo, um setor protegido, no cenário político nacional?

Não é. Na União Europeia existe liberdade de prestação de serviços. E quem estiver atento, vê que muitas

universidades se estão a lançar nas licenciaturas e nos mestrados internacionais, como um vetor de crescimento e de afirmação. Naturalmente que a UC tem de se afirmar, também.

O atual orçamento das universidades, discussão regular na ordem do dia, implica uma perda de autonomia para a Universidade?

O Governo veio esclarecer a questão do limite às receitas próprias e foi dito claramente que era um mal-entendido. O financiamento das universidades está sujeito a esta situação de tutela financeira em que o país está também. E, portanto, enquanto Portugal não ganhar, novamente, plena soberania financeira, será muito difícil encarar possibilidades de crescimento de financiamento. Agora, aquilo a que se assistiu é, realmente, um corte muito profundo do financiamento da Universidade.



Que impacto poderá ter essa descida abrupta?

Essa descida decorre de uma situação financeira do país, que nós conhecemos e as universidades não ignoram. Estas têm de ser solidárias com o esforço global do país. No entanto, também não podemos deixar de reconhecer que, em primeiro lugar, a autonomia das universidades está consagrada na Constituição – salvo erro, no artigo 76 da Constituição da República. Em segundo lugar, é na Universidade que o país vai ter de encontrar as condições para inverter esta situação. É através de mais gente qualificada, é através de mais centros de excelência na investigação. É através de maior traslação do saber, que nós poderemos passar a ser um país mais produtivo, mais competitivo e, portanto, economicamente mais apto. Desinvestir na Universidade será desinvestir no futuro. A autonomia significa, também, a responsabilidade e o dever que as universidades têm de procurar, não só gerir o melhor possível os recursos de que dispõem, como encontrar mais fontes autónomas de financiamento. E, ao mesmo tempo, serem absolutamente transparentes no uso desses recursos. Mas este balanço é um balanço que nem sempre é fácil. E, sobretudo, aquilo que me parece mais criticável é não haver uma perspetiva de médio prazo, não ser dado às universidades um horizonte de estabilidade em que estas possam programar e possam fazer o ajustamento necessário. Informações sobre limites orçamentais dadas de véspera não ajudam a uma boa gestão.

Chegou à política em 1974, como Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo do I Governo Provisório. Nesse mesmo ano, tornou-se Ministro da Economia dos II e III Governos Provisórios, até 1975. É eleito Deputado à Assembleia da República em 1976, deixando o cargo para integrar o I Governo Constitucional, como Ministro dos

Transportes e Comunicações, de 1976 a 1978. Considera que foi uma entrada precoce e intensa na vida política?
O facto de ser muito novo não foi exclusivo no meu caso. Houve um corte geracional com o 25 de Abril e, portanto... Eu já tinha tido alguma intervenção, se não quiser dizer política, mas cívica, como fundador e primeiro presidente da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), e foi através da SEDES que entrei no primeiro Governo Constitucional, como secretário de Estado, e depois como ministro, no segundo e no terceiro provisórios. Depois estive no primeiro governo constitucional. Mas quando, em janeiro ou fevereiro de 1978, terminou o primeiro Governo Constitucional, fiz uma opção muito clara de regressar à vida profissional e de considerar que a minha vida política tinha terminado.

Por que colocou esse ponto final?

Achei que a minha vocação era mais profissional e não política. Mas continuei, naturalmente, como um cidadão empenhado e atento e, de alguma maneira, interveniente através de várias formas. O cargo que, por exemplo, agora aceitei presidir - Conselho Consultivo das Fundações -, resultou não de uma opção política, mas da indicação pelo Centro Português de Fundações, que, pela lei, tem direito a indicar três elementos do Conselho Consultivo.

A questão das fundações é, também, um assunto que tem estado na ordem do dia.

Ainda não há muita experiência com esta nova lei-quadro, mas há alguns aspetos que terão que ser melhorados. A lei da economia social obriga à revisão do estatuto jurídico das fundações e é natural que no próximo ano esse seja um dos pontos de agenda. A questão que se pode pôr é, também, em relação às universidades-fundação. Tive conhecimento de um anteprojecto de revisão do RJIES que interferia com isso. Não sei em que estado está esse projecto. Entretanto, houve a mudança de secretário de Estado do Ensino Superior. Aquilo que o RJIES diz é que o diploma, que é uma lei de 2007, deve ser avaliado ao fim de cinco anos. Ora, que eu saiba, essa avaliação ainda não foi feita. E talvez valesse a pena pensar, em primeiro lugar, na avaliação da experiência do atual regime, ouvir todas as entidades envolvidas, antes de se avançar para uma revisão que acho que merecia um trabalho prévio mais consistente e mais demorado. Aliás, a nível europeu, há algumas instituições que podiam dar alguma ajuda nesse capítulo, como a *European Association for Quality Assurance in Higher Education*, e também a iniciativa da presidência irlandesa, que foi a criação do *U-Multirank*, um sistema de classificação internacional das universidades. Quando, a nível europeu, se está neste processo, acho que valia a pena aproveitarmos e tirarmos as consequências da experiência destes cinco anos de vigência do RJIES, com mais serenidade e com menos pressão quotidiana.

Voltou agora à advocacia, após sair de uma presidência de dez anos na Fundação Calouste Gulbenkian. Como é regressar à base?

Foi um regresso especial, visto que a minha atividade é sobretudo como consultor. Não sou, de maneira nenhuma, um advogado de tribunal. Mas é um regresso à minha formação inicial e, também aqui, penso que a conjugação da minha experiência profissional com os problemas de natureza jurídica e normativa me permitem dar um contributo em que essa experiência pode ter valor acrescentado.

Percebendo que é, sempre, algo ingrato de se responder, da sua vasta experiência profissional, em campos tão diversos como a energia, a Banca, o governo, a cultura, que projeto sublinharia como sendo o mais marcante?

Tive muita sorte de ter tido oportunidades muito ricas, do ponto de vista profissional e pessoal. O Banco de Portugal, a Caixa Geral de Depósitos, (sobretudo a mudança de estatuto da Caixa Geral de Depósitos), a Fundação Calouste Gulbenkian, ou mesmo antes, no Banco de Portugal, a minha experiência nos gabinetes de estudos, numa época em que o planeamento era muito importante. Depois, a formação profissional que tive oportunidade de ter no Banco Português do Atlântico. O ter vivido no estrangeiro, em Paris, em 1973/1974. A experiência na Comissão Europeia, que foi muito interessante no princípio, mas que depois foi menos motivadora, porque havia um peso burocrático não se coadunava muito com a minha maneira de ser. Mas acho que, sobretudo, fui muito bafejado pela sorte e teria muita dificuldade em eleger uma experiência entre tantas. Tive muitas, muito diferentes, e de cada uma guardo muito boas recordações.

Culturalmente, há experiências mais marcantes.

Sim, a Europália, onde fui comissário-geral de Portugal, e a criação da Culturgest, que celebra agora 20 anos.

20 anos são uma prova de vida?

É a prova de Darwin. Não são os mais fortes ou os mais inteligentes que sobrevivem, são os que têm maior capacidade de adaptação à mudança.

Como é que vê a prova de vida dos próximos 10 anos da UC?

Vejo-os como dez anos difíceis, mas Coimbra tem todas as condições para ser, como quer ser, a melhor Universidade portuguesa.

* Com este decreto, (Decreto-Lei n.º 40900, de 12 de Dezembro de 1956) o Governo propunha-se restringir a autonomia das Associações e Pró-Associações de Estudantes do Ensino Superior, limitando-lhes de tal modo as funções que, na prática, as encerrava através de legislação.

